

FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE CANOAGEM



REGULAMENTO Eleitoral

Em vigor a partir de 26 de Fevereiro de 2017

CAPÍTULO I

PRINCIPIOS GERAIS

Artigo 1º **OBJECTO**

1. O presente regulamento estabelece os princípios reguladores do processo eleitoral da Federação Portuguesa de Canoagem (adiante designada por F.P.C.).
2. Os casos omissos serão resolvidos de harmonia com os preceitos estatutários da F.P.C.

Artigo 2º **PROCESSO ELEITORAL**

1. A organização do processo eleitoral compete à Mesa da Assembleia Geral que, para os efeitos do presente Regulamento, passa a designar-se por Mesa da Assembleia Eleitoral.
2. A Convocatória para a Assembleia Eleitoral deverá conter o local, a data e hora limite para a entrega das listas, devendo a mesma ser publicada no sítio oficial da F.P.C. na internet.

Artigo 3º **COMPETÊNCIAS DA MESA DA ASSEMBLEIA ELEITORAL**

Compete à Mesa da Assembleia Eleitoral:

- A. Apreciar e decidir sobre a legalidade das listas e dos candidatos;
- B. Mandar elaborar os boletins de voto a utilizar no acto eleitoral;
- C. Dirigir o acto eleitoral;
- D. Apreciar e decidir sobre reclamações e recursos que lhe sejam apresentados, em matéria de processo eleitoral.

Artigo 4º **CAPACIDADE ELEITORAL**

1. São elegíveis para os órgãos sociais da F.P.C. todos os indivíduos maiores de 18 anos, com capacidade passiva e de acordo com o preceituado nos Estatutos.
2. São eleitores os delegados dos clubes associados, dos praticantes, dos treinadores e dos árbitros no pleno gozo dos seus direitos
3. O número de delegados eleitores é o seguinte:
 - A. Os Clubes terão direito a 63 delegados.
 - B. As Associações Regionais terão direito a 6 votos
 - C. Os treinadores terão direito a nomear 8 delegados;
 - D. Os Árbitros terão direito a nomear 8 delegados;
 - E. Os Praticantes terão o direito a nomear 15 delegados.

4. Cada delegado terá direito a um voto e não poderá representar mais do que uma entidade.

Artigo 5º

CADERNO ELEITORAL

1. Para as eleições dos órgãos sociais da F.P.C. todos os eleitores deverão estar registados em lista própria, designada Caderno Eleitoral.
2. O caderno eleitoral deve estar disponível na sede e no sítio da F.P.C. na internet e divulgado dez dias antes da data designada para a assembleia eleitoral.
3. Em caso de omissões ou incorrecções no caderno eleitoral poderá ser completado ou corrigido até ao início do acto eleitoral.

Artigo 6º

REQUISITOS DE APRESENTAÇÃO DAS LISTAS

1. A lista para cada um dos órgãos sociais elegíveis deverá ter um mandatário que terá poderes de representação em todo o processo eleitoral;
2. A lista para cada um dos órgãos, poderá ser constituída por um número ilimitado de elementos, independentemente do número de efectivos a eleger;
3. A lista para cada um dos órgãos sociais elegíveis deverá ser acompanhada da declaração de cada candidato onde, para além da aceitação da candidatura, se comprometem, por sua honra, que preenchem as respectivas condições de elegibilidade;
4. Os candidatos propostos não podem integrar mais do que uma lista.

Artigo 7º

APRECIAÇÃO DAS LISTAS

1. Compete à mesa da assembleia eleitoral a apreciação das listas candidatas recebidas nos termos do disposto no nº 3, do artigo 6º, do presente regulamento.
2. Qualquer irregularidade verificada na apresentação das listas candidatas entregues será notificada por escrito o respectivo mandatário com vista a suprir a irregularidade no prazo máximo de três dias.
3. Constitui motivo de rejeição de listas:
 - A. A sua apresentação fora do prazo previsto na convocatória da Assembleia Eleitoral para os órgãos sociais e nos Estatutos;
 - B. Havendo irregularidades na apresentação de listas, elas não serem supridas no prazo estipulado nº 2 do presente artigo.

Artigo 8º

BOLETINS DE VOTO

Os boletins de voto serão em papel opaco, individualizando cada uma das listas candidatas, por órgão social e individualizando os candidatos, através do seu nome completo.

Artigo 9º

VOTAÇÃO

1. A assembleia eleitoral, a ocorrer na sede da F.P.C, deverá ter início à hora indicada na convocatória e encerrará duas horas após o seu início. Logo que todos os eleitores tenham votado, o Presidente dará por encerrada a assembleia, mesmo que o seu funcionamento não tenha atingido as duas horas;
2. Durante o acto eleitoral, a mesa terá sempre presente dois dos seus membros devendo um deles ser o presidente ou o vice-presidente;
3. Os mandatários das listas candidatas poderão estar na mesa durante o acto eleitoral;
4. A preceder o acto eleitoral, o presidente da mesa procederá à abertura da urna, mostrando aos presentes o seu conteúdo e fechando-a de seguida para se dar início à votação;
5. A mesa deverá identificar cada eleitor que se apresente para votar, deverá proceder à sua descarga no caderno eleitoral e entregará o boletim de voto ao eleitor.
6. Após o preenchimento do boletim de voto, o eleitor deverá dobrá-lo em quatro e entregá-lo ao presidente da mesa, que o introduzirá na urna.

Artigo 10º

RECLAMAÇÕES

1. Se houver dúvidas sobre a regularidade do processo eleitoral, por parte de qualquer eleitor inscrito nos cadernos eleitorais ou por parte de qualquer dos mandatários, poderá ser apresentada, de imediato, reclamação.
2. A reclamação, para ser considerada, deverá ser apresentada à mesa, por escrito e devidamente fundamentada.
3. A mesa apreciará, de imediato, a reclamação apresentada. Poderá decidir de imediato pela procedência ou improcedência da mesma ou adiar a decisão para o final do acto eleitoral, se considerar que a mesma não interfere com o normal funcionamento do acto eleitoral.
4. As deliberações da mesa, devidamente fundamentadas, são tomadas por maioria absoluta dos seus membros presentes. O presidente terá voto de qualidade.

Artigo 11º **CONTENCIOSO ELEITORAL**

Das decisões da mesa da Assembleia Eleitoral cabe o recurso contencioso nos termos gerais do Direito.

Artigo 12º **RESULTADO E PROCLAMAÇÃO**

1. Após as reclamações, se as houver, a mesa procederá à contagem dos votos, ao anúncio dos resultados e à sua afixação na sede e no sítio na internet da F.P.C.
2. Será aplicado o método de Hondt para a eleição do órgão Assembleia Geral, Conselho de Justiça, Conselho de Disciplina, Conselho Fiscal e Conselho de Arbitragem.
3. Para o órgão, Presidente da F.P.C., será eleito o candidato que obtiver mais votos.
4. A mesa decidirá pela realização imediata de uma segunda volta ou pela marcação de novo acto eleitoral nos dez dias subsequentes, em caso de empate entre duas ou mais listas, para o mesmo órgão.

Artigo 13º **COMUNICAÇÃO DOS RESULTADOS**

Após o apuramento dos resultados, o Presidente da F.P.C será deles informado juntamente com a acta da assembleia eleitoral respectiva.

Artigo 14º **TOMADA DE POSSE**

A posse será conferida pelo presidente da mesa num prazo máximo de dez dias após o apuramento dos resultados eleitorais e em data, hora e local por si determinados.

CAPÍTULO II **ELEIÇÃO DOS DELEGADOS À ASSEMBLEIA GERAL**

Artigo 15º **NOMEAÇÃO DOS DELEGADOS**

1. A nomeação dos delegados clubes será determinada pela aplicação cumulativa dos seguintes critérios:
 - 1.1. Dependendo da sua classificação no ranking nacional da época anterior:
 - 1.1.1. Terão direito a nomear dois delegados cada Clube que se tiver sido classificado entre os vinte primeiros lugares.

- 1.1.2. Terão direito a nomear um delegado cada Clube que se tiver sido classificado entre o vigésimo primeiro e o quadragésimo quarto lugar, inclusive;
- 1.1.3. A Redistribuição do número de Delegados não nomeados por um ou mais Clubes referidos no ponto anterior, é efectuada com a respectiva alteração do ranking para esses efeitos.
- 1.2. Em caso de igualdade pontual no ranking perdem o direito à representação directa em Assembleia Geral os clubes quando atingido os 65 Delegados, que pela seguinte ordem, apresentem:
 - 1.2.1. Menor número de praticantes;
 - 1.2.2. Menor número de praticantes femininos;
 - 1.2.3. Pior classificação obtida no último campeonato nacional de clubes disputado.
2. A nomeação dos delegados consignados no 1.1.2. será efectuada por Assembleia Geral Eleitoral, nos termos do artigo 21.º e seguintes com as respectivas adaptações, em que terão legitimidade activa os Clubes sem direito a representação directa na Assembleia Geral e passiva todos os dirigentes dos Órgãos Sociais desses Clubes.
3. A nomeação dos delegados consignados no 5.2. do artigo 36.º será efectuada por Assembleia Geral Eleitoral, nos termos do artigo 21.º e seguintes com as respectivas adaptações, em que terão legitimidade activa e passiva todos os treinadores detentores da respectiva licença, sendo que obrigatoriamente pelo menos dois dos delegados terão que ser do sexo feminino e três desses treinadores detentores de licença de treinador de 2.º Nível.
4. A nomeação dos delegados consignados no 5.3. do artigo 36.º será efectuada por Assembleia Geral Eleitoral, nos termos do artigo 21.º e seguintes com as respectivas adaptações, em que terão legitimidade activa passiva todos os árbitros detentores da respectiva licença, sendo que obrigatoriamente pelo menos dois dos delegados terão que ser do sexo feminino três desses árbitros têm que ser árbitros nacionais.
5. A nomeação dos delegados consignados no 5.4. do artigo 36.º será efectuada por Assembleia Geral Eleitoral, será efectuada por Assembleia Geral Eleitoral, nos termos do artigo 21.º e seguintes com as respectivas adaptações sendo que:
 - 5.1. Oito dos delegados eleitos terão que ser atletas aos quais tenha sido já atribuído percurso/estatuto de alta competição.
 - 5.2. Sete dos delegados eleitos terão que ser atletas com licença federativa;

Artigo 16º

ELEIÇÃO DOS DELEGADOS

1. Para eleição dos delegados referidos no 5.1. do artigo 15.º terão legitimidade activa atletas maiores de idade com percurso/estatuto de alta competição e passiva atletas maiores de idade aos quais tenha sido já atribuído percurso/estatuto de alta competição, sendo obrigatório que pelo menos 3 dos delegados sejam do sexo feminino.
2. Para eleição dos delegados referidos no 5.2. do artigo 15.º terão legitimidade activa e passiva atletas maiores de idade com licença federativa, sendo obrigatório que pelo menos 2 dos delegados sejam do sexo feminino.
3. À Assembleia Eleitoral para nomeação dos Delegados prevista no ponto 3; 4 e 5 do artigo 15.º supra realizar-se-á, durante o mês de Janeiro do primeiro ano do Ciclo olímpico e no Terceiro ano do Ciclo Olímpico e produzirá efeitos durante dois anos. A nomeação dos Delegados prevista no ponto 2 do artigo 15.º realizar-se-á anualmente, e pelo período de um ano.
4. Os restantes representantes dos clubes sem representação directa poderão tomar parte activa na Assembleia Geral mas sem direito a voto.
5. Poderão também participar na Assembleia Geral, sem direito de voto, os sócios honorários e de mérito da FPC.
6. Os membros dos órgãos sociais da FPC não têm direito a voto.
7. Os clubes campeões nacionais nas especialidades olímpicas que não tenham obtido representatividade directa pelo seu posicionamento no ranking nacional da época anterior à eleição, conforme disposto no artigo 15.º, terão direito a um delegado, sendo este subtraído ao número de delegados a atribuir nos termos do ponto 1.1.3 do artigo 15.º.

Artigo 17º

CANDIDATURA A DELEGADO

Os candidatos poderão apresentar a sua candidatura a delegado dos praticantes no Regime de alta competição, dos praticantes, dos treinadores e dos árbitros, até cinco dias antes da realização da Assembleia Geral Eleitoral, destinada a esse fim.

Artigo 18º

VOTAÇÃO, ELEIÇÃO E NOMEAÇÃO

1. A votação decorre em local, data e hora a designar pelo Presidente da Mesa da Assembleia da Geral.
2. São eleitos os candidatos mais votados pelos seus pares, em número definido nos Estatutos da F.P.C. para delegados dos atletas de alta competição, dos praticantes, dos treinadores e dos árbitros.
3. Em caso de empate, procede-se a nova votação para eleição dos candidatos empatados.
4. Em caso da Assembleia Eleitoral não eleger os delegados em número definido nos Estatutos, o Presidente da Assembleia Geral procederá a marcação de nova

reunião sucessivamente até à eleição dos delegados necessários à completa composição da Assembleia Geral.

5. Sendo que em as reuniões previstas no n.º4 os candidatos poderão apresentar a sua candidatura na Assembleia Geral Eleitoral, no ponto destinado a esse fim.
6. Em caso da Assembleia Eleitoral não eleger em número os praticantes em regime de alta competição, por ausência de candidatura, serão eleitos praticantes licenciados, até 16 delegados no total dos praticantes em regime de alta competição e praticantes licenciados.
7. Em caso da Assembleia Eleitoral não eleger em número os praticantes licenciados, por ausência de candidatura, serão eleitos praticantes em regime de alta competição, até 16 delegados no total dos praticantes em regime de alta competição e praticantes licenciados.

Artigo 19º

ENTRADA EM VIGOR

O presente regulamento entra em vigor após aprovação em Reunião de Direcção de 25 de Fevereiro de 2017.